

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
----------------------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	33
-------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	35
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.390
Preferenciais	132
Total	7.522
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	268.897	285.124
1.01	Ativo Circulante	34.717	47.176
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.074	33.216
1.01.03	Contas a Receber	10.257	10.729
1.01.03.01	Clientes	10.257	10.729
1.01.04	Estoques	507	394
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.381	2.602
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.381	2.602
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.153	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.345	235
1.02	Ativo Não Circulante	234.180	237.948
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.517	1.296
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.517	1.296
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.517	1.296
1.02.03	Imobilizado	231.174	234.753
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	218.521	223.529
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.653	11.224
1.02.04	Intangível	1.489	1.899
1.02.04.01	Intangíveis	1.489	1.899

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	268.897	285.124
2.01	Passivo Circulante	42.398	44.749
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.114	12.106
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.114	12.106
2.01.02	Fornecedores	7.549	9.983
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.549	9.983
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.239	5.399
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	418	1.200
2.01.03.01.02	COFINS a recolher	197	512
2.01.03.01.03	PIS a recolher	42	111
2.01.03.01.04	Impostos retidos	179	577
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.821	4.199
2.01.03.03.01	IPTU e ISS	1.327	156
2.01.03.03.02	IPTU e ISS parcelamento incentivado	4.237	4.043
2.01.03.03.03	Receita a apropriar	1.257	0
2.01.05	Outras Obrigações	8.496	17.261
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.637	1.623
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.637	1.623
2.01.05.02	Outros	6.859	15.638
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	6.512	11.271
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	0	3.806
2.01.05.02.08	Outros	347	561
2.02	Passivo Não Circulante	155.767	152.813
2.02.02	Outras Obrigações	68.526	69.437
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.929	3.070
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.929	3.070
2.02.02.02	Outros	66.597	66.367
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	66.383	66.367
2.02.02.02.06	Adiantamentos de Clientes / Cessões de Áreas a Realizar	214	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.908	6.140
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.908	6.140
2.02.04	Provisões	61.648	55.352
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	61.648	55.352
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.874	5.874
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.609	2.047
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	49.165	47.431
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	19.685	21.884
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	19.685	21.884
2.03	Patrimônio Líquido	70.732	87.562
2.03.01	Capital Social Realizado	216.713	149.199
2.03.02	Reservas de Capital	15.572	60.293
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	47.771
2.03.02.07	Recursos Governamentais	15.572	12.522
2.03.03	Reservas de Reavaliação	118.575	119.307
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-280.128	-241.237

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.041	59.919	32.217	70.093
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.190	-35.002	-11.017	-33.937
3.03	Resultado Bruto	12.851	24.917	21.200	36.156
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.574	-62.904	-19.487	-58.690
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.965	-66.143	-20.935	-61.698
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-19.965	-66.143	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.391	3.239	1.448	3.008
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.723	-37.987	1.713	-22.534
3.06	Resultado Financeiro	-714	-1.867	-1.289	-3.844
3.06.01	Receitas Financeiras	721	2.339	597	2.282
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.435	-4.206	-1.886	-6.126
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.437	-39.854	424	-26.378
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.437	-39.854	424	-26.378
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.437	-39.854	424	-26.378
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,85569	-5,29826	0,08193	-5,09347
3.99.01.02	PNA	-0,85569	-5,29826	0,08193	-5,09347
3.99.01.03	PNB	-0,85569	-5,29826	0,08193	-5,09347
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,85569	-5,29826	0,08193	-5,09347
3.99.02.02	PNA	-0,85569	-5,29826	0,08193	-5,09347
3.99.02.03	PNB	-0,85569	-5,29826	0,08193	-5,09347

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.437	-39.854	424	-26.378
4.02	Outros Resultados Abrangentes	244	732	244	733
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.193	-39.122	668	-25.645

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-35.455	-24.876
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.117	-15.047
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.338	-9.829
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.480	-2.594
6.02.01	Imobilizado	-1.480	-2.594
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.793	20.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.142	-7.470
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	33.216	14.265
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.074	6.795

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	60.293	0	-241.237	119.307	87.562
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	60.293	0	-241.237	119.307	87.562
5.04	Transações de Capital com os Sócios	67.514	-44.721	0	0	0	22.793
5.04.01	Aumentos de Capital	67.514	-67.514	0	0	0	0
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	22.793	0	0	0	22.793
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.854	0	-39.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.854	0	-39.854
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	963	-732	231
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	963	-963	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	231	231
5.07	Saldos Finais	216.713	15.572	0	-280.128	118.575	70.732

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	6.001	0	-221.468	120.283	54.015
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	6.001	0	-221.468	120.283	54.015
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20.000	0	0	0	20.000
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	20.000	0	0	0	20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.378	0	-26.378
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.378	0	-26.378
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	964	-733	231
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	964	-964	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	231	231
5.07	Saldos Finais	149.199	26.001	0	-246.882	119.550	47.868

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	70.055	81.691
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	70.063	79.707
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8	1.984
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.333	-42.808
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.722	38.883
7.04	Retenções	-5.060	-5.411
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.060	-5.411
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.662	33.472
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.339	2.282
7.06.02	Receitas Financeiras	2.339	2.282
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.001	35.754
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.001	35.754
7.08.01	Pessoal	46.285	42.029
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.507	19.615
7.08.02.01	Federais	13.178	13.350
7.08.02.03	Municipais	4.329	6.265
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.063	488
7.08.03.03	Outras	1.063	488
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-39.854	-26.378
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.854	-26.378

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Comentário do desempenho)

A Empresa

São Paulo Turismo S. A. (SPTuris) está estabelecida no Parque Anhembi, a Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, às margens do Rio Tietê. Fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,7% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a São Paulo Turismo S/A detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela sociedade ou por terceiros; c) O fornecimento e ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) A construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) A formulação e execução de política, a promoção e exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) O licenciamento de marcas de sua titularidade; h) O apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) A concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) A prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. O **Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, “o **Sambódromo**”, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o *Espaço Anhembi*, com área total de mais de 10.000m², ambientes divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

Privatização

Em 06/02/2018 foi publicado fato relevante sobre a Lei nº 16.766/2017 sancionada pelo Prefeito de São Paulo em 20/12/2017, autorizando a alienação da participação societária detida pelo Município de São Paulo na São Paulo Turismo S.A.

Em 03/02/2018, para a efetivação da operação em referência, foi publicado no Diário Oficial da Cidade, Edital cujo objeto é a prestação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de estruturação e execução da venda da totalidade dos ativos mobiliários detidos pelo Município na São Paulo Turismo S.A.

Em 13/03/2018 o serviço foi adjudicado à empresa Brasil Plural Consultoria e Assessoria Ltda., O Edital da licitação foi elaborado pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias. A participação no pregão eletrônico foi mediante acesso ao site da Bolsa Eletrônica de Compras, www.bec.sp.gov.br, a partir do código de identificação OC 801025801002018OC00001, pregão 009/SMDP/2017, processo 6071.2017/0000140-3.

Em 04/05/2018 foi promulgada a Lei 16.886 que definiu os índices e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo na elaboração de Projeto de Intervenção Urbana – PIU para a Zona de Ocupação Especial – ZOE do Anhembi. Também tratou do retorno à Prefeitura de todas as competências públicas exercidas pela SPTuris no caso da alienação do controle.

Em 13/07/2018 foi promulgado o Decreto 58.319 pelo qual foi revogada a permissão de uso do Autódromo Municipal José Carlos Pace (Autódromo de Interlagos), o qual passa a ser administrado pela empresa municipal

Comentário do Desempenho



São Paulo Obras. Também foi revogada a exclusividade para realização dos seguintes eventos: Festa oficial de "reveillon", Aniversário da Cidade, Carnaval, Festejos de Natal e São Paulo Fashion Week.

Em 23/08/2018 foi promulgada a Lei 16.974 que criou a Secretaria Municipal de Turismo cujo objeto prevê atribuições hoje exercidas pela SPTuris.

Em 28/08/2018 é juntada contestação à liminar para preservação do Parque Anhembi nos autos do processo de ação civil pública 1031742-37.2018.8.26.0053, reconhecendo o valor cultural, paisagístico, arquitetônico, turístico e afetivo do Parque Anhembi para a população e para a Cidade de São Paulo, apresentando a proposta de preservação de determinadas áreas do Parque, como o Palácio das Convenções, o Auditório "Elis Regina", Pavilhão de Exposições, espaços abertos, jardins e espelhos d'água.

Em 06/10/2018 a Secretaria de Desestatização e Parcerias publicou no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a autorização para a contratação por inexigibilidade de licitação a empresa B3 S.A. – Brasil Bolsa e Balcão para a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à alienação das ações da SPTuris, cuja Audiência Pública ocorreu em dia 29/10/2018.

Aumento de capital

Em 06/09/2018 foi homologado o aumento do capital social da empresa, totalmente integralizado no montante de R\$ 67.514.362,35.

Governança corporativa

No início de 2018, foi contratada uma empresa de consultoria para auxiliar na implementação do plano de adequação quanto à Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) até 30 de junho de 2018. Até o final de 2017, a SPTuris não possuía uma área responsável por gestão de riscos e controles internos e, para que a Companhia estivesse 100% aderente à Lei, foram realizadas algumas transformações na estrutura organizacional.

Em 04/04/2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi consolidada a nova redação do Estatuto Social da Companhia, contemplando essas transformações: a) ajuste da Auditoria Interna de forma que seja vinculada diretamente ao Conselho de Administração, conforme definido na Lei Federal nº 13.303/2016, tornando-a independente; b) alteração da estrutura da Ouvidoria de forma que seja vinculada ao Conselho de Administração, aumentando a independência. A Ouvidoria será a responsável pela gestão do Canal de Denúncias; c) criação da Diretoria de Conformidade, que assumirá as atribuições: i. Gestão de Riscos; ii. Controles Internos; d) criação da área de Integridade e Gestão de Riscos que será vinculada à Diretoria de Conformidade; e) criação do Comitê de Auditoria Estatutário para assessoramento ao Conselho de Administração, cuja posse dos membros se deu em 19/07/2018; f) criação do Comitê de Elegibilidade.

Em 13/09/2018 o Conselho de Administração da SPTuris elegeu o Sr. Andre Rodrigo Sanches para ocupar o cargo de Diretor Presidente, com mandato unificado com os demais membros da Diretoria, até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social que se encerrar em 31 de dezembro de 2018.

Comentário do Desempenho



Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 3º trimestre de 2017 comparado ao 3º trimestre de 2018, em R\$ mil.

Dados por competência	Set -17	Set - 18	
Eventos / PMSP	39.153,2	31.599,4	- 19%
Anhembi e Interlagos	42.404,5	42.382,6	0%
Pavilhão	15.263,1	14.924,2	-2%
Palácio / Elis Regina	6.914,4	5.816,9	- 16%
Sambódromo	3.336,8	3.553,3	6%
Outras locações (a)	5.383,4	3.506,9	- 35%
Estacionamentos (b)	4.115,5	5.045,5	23%
Telecom	2.171,1	2.446,7	13%
Autódromo de Interlagos (c)	5.220,2	7.089,1	36%
Total Receita Oper. Bruta	81.557,6	73.982,0	-9%
(-) Deduções (d)	-	-	23%
	11.465,1	14.062,8	
(-) Total receita Oper. Líquida	70.092,6	59.919,2	- 15%
	*Público	48%	43%
	*Privado	52%	57%

Variações mais relevantes:

- Houve uma redução de 35% em "Outras locações" em razão da perda de concessionários. Exemplo: Banco do Brasil;
- Houve um aumento de "Estacionamentos" em 23% em razão do evento "Bienal do Livro";
- No Autódromo de Interlagos o incremento de receitas em 2018 foi proveniente da revisão da tabela de preços e aumento de eventos;
- Em "Deduções" a variação de 23% se deu no momento da Prestação de Contas para PMSP, em fevereiro de 2018, que resultou em impacto no resultado, embora se refira ao Contrato do evento "Fórmula 1 – 2017".

Comentário do Desempenho



O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo financeiro até 3º Trimestre 2017 e 2018 (em R\$ Mil).

1. Entradas	Acumulado 2017	Acumulado 2018	
1.1 Setor privado	38.070	34.821	-9%
1.2 PMSP (a)	47.157	36.098	-23%
1.3 PAC (b)	2.386	3.050	28%
1.4 Outras	1.031	1.300	26%
1.5 Aporte de capital	20.000	19.743	-1%
Total das entradas	108.643	95.013	-13%
2. Saídas	Acumulado 2017	Acumulado 2018	
2.1 Pessoal	-42.263	-41.579	-2%
2.2 Saídas com serviços públicos	-4.750	-4.916	3%
2.3 Saídas com tributos e parcelamento (c.)	-9.671	-13.292	37%
2.4 Fornecedores / Outras	-55.599	-48.065	-14%
2.5 Investimentos / PAC (d)	-3.808	-1.359	-64%
Total das saídas	-116.091	-109.210	-6%
Resultado	-7.448	-14.198	

Variações mais relevantes:

- A redução das receitas em 23% com a PMSP decorre da redução dos contratos para o Carnaval 2018, para as Centrais de Informação Turística e Virada Cultural;
- O aumento com o PAC de 28% decorre de cronograma de recebimento já estabelecido.
- Em 2017 houve maior compensação de tributos retidos, o que explica o aumento de 37% em saídas com tributos em 2018;
- A redução em 64% das saídas para aplicações em investimentos decorre da suspensão da vinda de recursos públicos em razão do contexto de privatização.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que durante o período intermediário até 30 de setembro de 2018 os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram exclusivamente os serviços de auditoria independente para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Considerações finais

A Diretoria da Companhia está atenta às condições atuais desfavoráveis de mercado, no contexto da possibilidade de privatização, do qual decorre a incerteza de nossos potenciais clientes quanto a uma decisão de retorno em relação à locação de espaços.

Adotamos postura austera na gestão financeira, buscando ampliar a produtividade.

Conforme expomos acima, estamos empenhados no aprimoramento das práticas de governança, aumentando a transparência, gestão de riscos, controles internos e supervisão interna. Nosso propósito é reduzir o efeito dos riscos e incertezas.

Comentário do Desempenho



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes na Instrução CVM 480, a diretoria declara que discutimos, revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o relatório de auditoria independente emitido sobre as respectivas Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

Diretoria

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a emissão, em 26 de outubro de 2018 das informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações financeiras foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil -CPC 21 (R1) "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 -"Interim Financial Reporting" aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R3).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA

Notas Explicativas

apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas informações financeiras intermediárias e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

- a) Moeda funcional – As informações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da SPTuris. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, foram arredondas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;
- b) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
 - Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
 - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
 - Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).
- c) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;
- d) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2018 e 2017 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;
- f) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo

Notas Explicativas

ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

- g) Estoques - Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- h) Imobilizado - O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 8;

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “*impairment*”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

- i) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);
- j) Adiantamentos de Clientes – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;
- k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

- l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.
- m) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);
- n) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.
- o) Reconhecimento da receita – A prestação de serviços deve ser reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável.
A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47).
- p) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 30 de setembro de 2018, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	45	45
Bancos	1.329	2.312
Aplicações financeiras	17.700	30.859
Total	19.074	33.216

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento. Nossas aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com base (setembro/2018) em média de 97,31% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes no País	4.865	5.773
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	9.404	8.960
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.012)	(4.004)
Total	10.257	10.729

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	2.778	5.697
Vencidos até 30 dias	3.578	3.041
Vencidos de 31 a 60 dias	3.620	1.377
Vencidos de 61 a 90 dias	214	160
Vencidos de 91 a 120 dias	50	102
Vencidos de 121 a 180 dias	17	352
Vencidos acima de 180 dias	4.012	4.004
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.012)	(4.004)
Total	10.257	10.729

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Saldo no início do período 31/12/2017	4.004
Aumento da provisão	547
Diminuição da provisão	(539)
Saldos no final do período 30/09/2018	4.012

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
COFINS a compensar	-	1
IRPJ a compensar	1.179	1.611
CSLL a compensar	12	4
INSS a compensar	190	986
Total	1.381	2.602

Notas Explicativas

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	30/09/2018	31/12/2017
IPTU	1.568	-
PIS e COFINS	585	-
Total	2.153	-

8. OUTROS VALORES A RECEBER

	30/09/2018	31/12/2017
Adiantamentos de férias	81	235
Adiantamentos de 13º salário	1.264	-
Total	1.345	235

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais depreciação	Custo atualizado	Depreciação acumulada	Líquido 30/09/2018	Líquido 31/12/2017
Terrenos	-	121.122	-	121.122	121.123
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	120.052	(40.563)	79.489	82.515
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.115)	2.173	2.307
Estacionamento	3,45%	11.436	(4.026)	7.410	7.805
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.483)	1.527	1.619
Instalações	10%	12.933	(8.421)	4.512	5.409
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.741	(5.872)	869	1.092
Veículos	20%	1.205	(1.168)	37	123
Móveis e utensílios	10%	6.114	(4.771)	1.343	1.499
Outros ativos fixos	20% e 10%	713	(674)	39	37
Construções em andamento	-	12.653	-	12.653	11.224
Total		300.267	(69.093)	231.174	234.753

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	234.753	234.963
Adições		
Edifícios e Benfeitorias	-	1
Estacionamentos	-	-
Instalações, máquinas e equipamentos	107	86
Móveis e utensílios (reclassificação de despesas)	50	(24)
Outros ativos	7	7
Construções em andamento	1.429	6.818
Total das adições	1.593	6.888
Baixas		
Depreciações	(5.172)	(7.097)
Saldos no fim do período	231.174	234.753

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia

Notas Explicativas

não identificou indicativos da necessidade de constituição de provisão.

10. INTANGÍVEL

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Intangível	1.489	1.899

O ativo intangível é composto por programas e sistema de informática e marcas e patentes.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Obrigações com pessoal	148	25
FGTS	190	-
INSS empresa	1.036	1.110
INSS retido	354	183
Provisão para 13º salário e encargos	2.222	-
Provisão para férias e encargos	4.641	4.716
IRRF	328	581
Provisão para dissídio e encargos	8.784	4.427
Provisão para causas trabalhistas	1.411	1.064
Total	19.114	12.106

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma foi acrescentada à provisão o ACT 2017/2018, com base na estimativa de aumento de 2% dos salários.

Provisão para causas trabalhistas – Trata-se de valores sobrestados das rescisões a partir de 01/02/2017 de colaboradores de livre provimento demitidos sem justa causa. Os valores não pagos se referem a verbas de aviso prévio, FGTS, multa rescisória e contribuição social.

12. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à SPTuris um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a SPTuris ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 3,566 M em setembro/18, sendo R\$ 1,637 M no curto prazo e R\$ 1,929 M no longo prazo. E em dezembro/17, R\$ 4,693 M, sendo R\$ 1,623 M no curto prazo e R\$ 3,070 M no longo prazo.

Notas Explicativas

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	1.327	156
Parcelamento IPTU/ISS (a)	4.237	4.043
Receita a apropriar benefícios parcelamentos tributários (b)	1.257	-
Receita Federal:		
. COFINS a recolher	197	512
. PIS a recolher	42	111
. Impostos retidos	179	577
	7.239	5.399
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos (a)	66.383	66.367
Receita a apropriar benefícios parcelamentos tributários (b)	19.685	21.884
	86.068	88.251
Total circulante e não circulante	93.307	93.650

(a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Nos terceiros trimestres de 2018 e 2017 foram pagos R\$ 1,054 M e R\$ 0,951 M respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 147 parcelas e o saldo devedor em 30/09/2018 era de R\$ 70,620 M.

(b) O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

14. EVENTOS A REALIZAR

	30/09/2018	31/12/2017
Carnaval futuro	-	3.806

O valor contabilizado como eventos a realizar refere-se a valores a serem repassados à clientes de acordo com o fluxo estabelecido em contrato, recebidos como incentivo cultural da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Notas Explicativas

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/09/2018	31/12/2017
Débitos com partes relacionadas		
SPTRANS	306	292
PRODAM	630	630
CET	414	414
SP URBANISMO	287	287
	1.637	1.623
Cessões de áreas a realizar / adiantamento de clientes (nota 15.1)	6.512	11.271
Outras (cauções contratuais a devolver)	347	561
Eventos a realizar (nota 14)	-	3.806
Total	8.496	17.261

15.1 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES /CESSÕES DE ÁREAS A REALIZAR

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	1.763	5.435
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	2.847	2.880
Cessões de áreas a realizar - Pólo Cultural	1.180	342
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	323	586
Adiantamentos de clientes	399	1.992
Contratos de mídia	-	36
	6.512	11.271
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	20	-
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	79	-
Cessões de áreas a realizar - Pólo Cultural	100	-
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	15	-
	214	-
Total circulante e não circulante	6.726	11.271

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em certos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento

Notas Explicativas

CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias
Saldo no início do período 31/12/2017	47.431	2.047	5.874
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas		5.888	-
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	1.734	(808)	-
Valores baixados		(518)	-
Saldos no final do período 30/09/2018	49.165	6.609	5.874

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997 tem o valor estimado em R\$ 49.086.

Em 27/01/2016 a Procuradoria Geral do Município de São Paulo manifestou no sentido de que juridicamente não haveria óbice na realização de acordo, e orientou quanto à necessidade de a Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências tributárias que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas que são as seguintes: PIS e COFINS - R\$ 5,606 M , IRPJ e CSLL - R\$ 0,268 M .

Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25) (R2), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, quando considerado de perda possível. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	30/09/2018	31/12/2017
Ações Trabalhistas	3.130	789
Ações Cíveis (*)	30.977	11.584
Total	34.107	12.373

(*) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013) para possível (novembro de 2013). Montante estimado em 30/09/2018 de R\$ 8,993 M.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de setembro de 2018, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica no montante de R\$1,517 M (R\$ 1,296 M em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.a. Capital social

Quantidades em 30/09/2018

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital Social (R\$ mil) 31/12/2018
Saldo em 31/12/2017	5.064.624	38.350	75.745	5.178.719	149.199
Aumento em 06/09/2018	2.325.309	6.503	11.623	2.343.435	67.514
Saldo em 30/09/2018	7.389.933	44.853	87.368	7.522.154	216.713

A empresa contava com 3.548 acionistas em 30/09/2018 e 3.543 acionistas em 31/12/2017. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. Os preços cotados em 30/09/2018, em lote padrão, conforme o site http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm, foi de R\$ 150,00 para as ações ordinárias, R\$ 85,00 para as ações preferenciais Classe “A” e R\$ 80,00 para as ações preferenciais Classe “B”.

17.b. Subvenções governamentais

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60,000 M. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 30/09/2018 o montante de R\$ 15,572 M e aplicados R\$ 12,284 M em obras.

Desde a instauração do processo de privatização, a Companhia não faz quaisquer estimativas quanto a recebimento e aplicações de recursos públicos.

18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (DRE)

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

Notas Explicativas

	30/09/2018	30/09/2017
Receita Operacional Bruta	73.982	81.558
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(6.905)	(6.607)
	67.077	74.951
Descontos da receita bruta	(7.158)	(4.858)
Receita Operacional Líquida	59.919	70.093

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	30/09/2018	30/09/2017
Remunerações, encargos e benefícios	42.953	44.870
Honorários	501	1.301
Despesas gerais	7.922	7.806
Ocupação e manutenção	2.085	2.872
Publicidade	363	272
Provisões	11.009	3.661
Impostos e taxas	957	519
Utilidades e tarifas públicas	353	397
Total	66.143	61.698

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

20. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2018	2017
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (danos máximos prováveis)	Riscos diversos	116.477	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas

a) Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 estão identificados a seguir:

	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Disponibilidades	19.074	19.074
Contas a receber e clientes	10.257	10.257
Impostos a recuperar	1.381	1.381
Outras contas a receber	1.345	1.345
Fornecedores	7.549	7.549
Obrigações tributárias	72.662	72.662
Empresas municipais	3.566	3.566

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este período, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c) Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Notas Explicativas

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras.

Risco de taxa de câmbio

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia não possuía operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz

O cumprimento com as normas da Companhia **deve** ser apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna

Notas Explicativas

são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, e com reportes efetuados ao CAE e administração da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

- a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas relacionadas
- (i) Valores correspondentes à prestação de serviços de locação de espaços no Parque Anhembi e execução de eventos na Cidade de São Paulo.
 - (ii) O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias), conforme abaixo apresentado, representam em 30/09/2018, 48% do faturamento bruto acumulado do ano comparado a 43% no mesmo período em 2017.

	30/09/2018	31/12/2017
Créditos com partes relacionadas		
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	9.404	8.960
Débitos com partes relacionadas (vide nota 12)		
Curto prazo		
SPTRANS	306	292
PRODAM	630	630
CET	414	414
SP URBANISMO	287	287
	1.637	1.623
Longo prazo		
SPTRANS	1.707	1.850
PRODAM	105	577
CET	69	380
SP URBANISMO	48	263
	1.929	3.070

- b) Remuneração dos administradores

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período (de janeiro à setembro) foi de R\$ 1,535 M (R\$ 1,436 M em 2017). Como pessoal chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

Notas Explicativas**23. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA**

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e conseqüente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos entre receitas e despesas normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução dos custos e despesas operacionais, e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou administrativas, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

São Paulo Turismo S/A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$39.854 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018, prejuízos acumulados em R\$280.128 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$7.681, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nr 23 e Fato Relevante arquivado junto à CVM em 06 de fevereiro de 2018, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 30 de setembro de 2018, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa revisão sobre as informações financeiras intermediárias, não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Blumenau (SC), 31 de outubro de 2018.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, com base nos acompanhamentos realizados, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 31/10/2018, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia, em 30 de setembro de 2018.

São Paulo, 09 de novembro de 2018.

NORBERTO ANTONIO BATISTA

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

MARCO ANTÔNIO TORRES PASSOS

PAULO GALDINO COELHO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Pelo presente instrumento, os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

ANDRE RODRIGO SANCHES

Diretor Presidente

MARIO BRESCANCINI BELLO

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

MARCO AURÉLIO CARREIRA

Diretor de Infraestrutura

ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE

Diretor de Representação dos Empregados

ANTONIO EDUARDO COLTURATO

Diretor de Turismo

CARLOS ALBERTO PARENTE

Diretor de Marketing e Vendas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 31/10/2018, relativamente às demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

São Paulo, 01 de novembro de 2018.

ANDRE RODRIGO SANCHES

Diretor Presidente

MARIO BRESCANCINI BELLO

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

MARCO AURÉLIO CARREIRA

Diretor de Infraestrutura

ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE

Diretor de Representação dos Empregados

ANTONIO EDUARDO COLTURATO

Diretor de Turismo

CARLOS ALBERTO PARENTE

Diretor de Marketing e Vendas